

Prestação de Contas Consolidadas Relatório de Gestão Consolidado



2018



Município de Portalegre

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS	1
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO ADOTADOS.....	4
3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
3.1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E TRANSPORTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE	6
3.1.1. <i>Caraterização</i>	6
3.1.2. <i>Aspetos relevantes</i>	6
3.2. FUNDAÇÃO ROBINSON	8
3.2.1. <i>Caracterização</i>	8
3.2.2. <i>Aspetos relevantes</i>	8
4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	9
5. BALANÇO CONSOLIDADO.....	16
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	18
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS.....	19
7.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE-MÃE	20
7.1.1. <i>Identificação</i>	20
7.1.2. <i>Legislação</i>	20
7.1.3. <i>Estrutura Organizacional Efetiva</i>	20
7.1.4. <i>Descrição Sumária das Atividades</i>	21
7.1.5. <i>Recursos Humanos</i>	21
7.1.6. <i>Organização Contabilística</i>	22
7.1.7. <i>Outras informações relevantes</i>	23
7.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	23
7.2.1. <i>Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas</i>	23
7.2.2. <i>Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada</i>	24
7.2.3. <i>Informações relativas aos procedimentos de consolidação</i>	25
7.2.4. <i>Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo</i>	26
7.2.5. <i>Informações sobre saldos e fluxos financeiros</i>	27
7.2.6. <i>Informações relativas a políticas contabilísticas</i>	28
7.2.7. <i>Informações relativas a determinadas rubricas</i> :.....	30
7.2.8. <i>Informações diversas</i>	35



1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), no seu artigo 75º prevê a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico objeto de consolidação, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além da conta individual, a lei determina a obrigatoriedade de apresentação, pelo Município, das contas consolidadas do grupo municipal objeto de consolidação.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no município refletir-se-á na melhoria da informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

A consolidação permitirá, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal objeto de consolidação, uma consolidação por sector de atividade e uma avaliação das políticas públicas locais.

O RFALEI determina, no número 8 do seu artigo 75.º, que os procedimentos e métodos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

No âmbito do POCAL, para além do **RFALEI**, o enquadramento para elaboração da prestação de contas consolidadas é dado pela **Portaria n.º474/2010**, que aprova a orientação n.º1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), em articulação com duas instruções do SATAPOCAL, emitidas especificamente para os exercícios de 2010 e de 2015.

Os **princípios** pelos quais deve pautar-se a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, presentes no n.º2 da referida Orientação, são a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade e a representação fidedigna.

A identificação do **perímetro de consolidação**, ou seja das entidades que formam o grupo autárquico, está definido nos pontos 2 e 3 do artigo 75.º do RFALEI e no ponto 4 das



Orientação n.º1/2010. A Lei define que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta. O diploma e a orientação detalham ainda as diversas condições que configuram uma **posição de controlo ou de presunção de controlo** de uma entidade sobre outra (n.ºs 4 a 6 do artigo 75.º do RFALEI e ponto 5.1 da Orientação n.º1/2010). A existência de controlo deve ser analisada casuisticamente, uma vez que pode assumir diversas formas.

Os procedimentos e métodos de consolidação encontram-se descritos no ponto 6 da Orientação 1/2010.

Os **procedimentos** consistem num conjunto de ações desenvolvidas com base nas demonstrações financeiras individuais da entidade mãe e das entidades controladas, com vista à obtenção de demonstrações financeiras consolidadas. Eles são:

- Homogeneização – As ações de homogeneização devem conferir comparabilidade aos dados financeiros a tratar – período de relato, critérios de valorimetria, estrutura das demonstrações financeiras, ajustamentos para correção de inexatidões ou omissões detetados.
- Eliminações – As ações de eliminação pretendem eliminar os efeitos de transações intragrupo – créditos / débitos (balanço); custos / proveitos (demonstração de resultados); resultados não realizados de operações internas.
- Agregação – Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas os dados financeiros deverão ser associados com base na sua natureza.

Os **métodos** de consolidação previstos na Orientação n.º1/2010 são:

- **O método da simples agregação** – A aplicar nos casos em que não existindo uma participação no capital das entidades, evidenciada na conta 41, se verifica um efetivo controlo administrativo. Traduz-se na soma algébrica de cada uma das demonstrações financeiras das entidades do grupo, e na realização das eliminações apropriadas.
- **O método de consolidação integral** – A aplicar quando a entidade consolidante, ou entidade mãe, detém uma participação superior a 50% da entidade controlada. Consiste na integração de cada uma das demonstrações financeiras das entidades consolidadas nas demonstrações financeiras da entidade mãe, evidenciando os direitos de terceiros, designados como direitos minoritários.
- **O método de equivalência patrimonial** – A aplicar quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma outra entidade, ou quando não seja aplicável qualquer um dos métodos já referidos. Consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.



Quanto à **aplicação do método de consolidação integral**, a Orientação n.º1/2010 remete para Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 «Investimentos em Subsidiárias e consolidação», com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector. Refira-se que, no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação, aquela norma remete, por sua vez, para a NCRF 14, «Concentrações de Atividades Empresariais».

Para efeitos de **aplicação do método de equivalência patrimonial**, a Orientação n.º1/2010 remete para a NCRF 13 “Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Em suma, o processo de consolidação de contas deve, genericamente, obedecer aos seguintes passos:

- a) Definição do Perímetro de consolidação;
- b) Desenho do organograma do grupo, com todas as entidades alvo de consolidação;
- c) Escolha do método de consolidação – Com base na percentagem de controlo detida pela empresa;
- d) Levantamento das Demonstrações Financeiras individuais de cada entidade pertencente ao perímetro de consolidação;
- e) Harmonização das políticas contabilísticas – normalização de políticas e procedimentos para tornar comparáveis os elementos das Demonstrações Financeiras;
- f) Agregação das Demonstrações Financeiras individuais – tendo por base o método de consolidação escolhido;
- g) Eliminação das transações intragrupo;
- h) Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO ADOTADOS

O perímetro de consolidação de contas do Município de Portalegre, decorrente do enquadramento legal exposto no ponto anterior do relatório, compreende os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson, tal como se detalha no quadro seguinte:

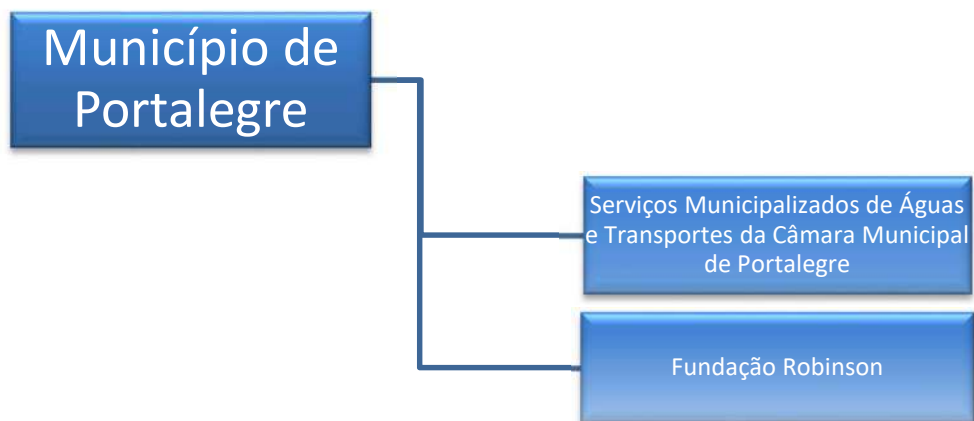
Entidade	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	Investimento Financeiro - Classe 4	% de Participação	Fundamentação integração no grupo autárquico	Método de Consolidação a Aplicar
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	1.400.000,00€	-	100%	- a) do n.º 4 do artigo 75.º do RFALEI - Ponto 4 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)	<u>Método da simples agregação:</u> - a) do ponto 6.5 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho) - a) do ponto 4.5.5.1 da Instrução do SATAPOCAL para o exercício de 2010
Fundação Robinson	FR	2 182 495,00 €	1 256 995,00 €	57,59%	- i) da alínea c) do n.º4 do artigo 75.º do RFALEI - Ponto 4 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)	<u>Método de consolidação integral:</u> - a) do ponto 6.5 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)

Relativamente aos **SMAT**, a existência do controlo total pelo Município encontra-se explicitado no artigo 75.º do RFALEI e advém, neste caso, da natureza da entidade controlada. Quanto ao método de consolidação, foi adotado o **método da simples agregação**, tal como indicado na instrução do SATAPOCAL, que a seguir se transcreve: "Aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante (como é o caso, no perímetro de consolidação definido para os municípios, dos serviços municipalizados) ".



Quanto à **Fundação Robinson**, o enquadramento acerca do controlo da mesma pelo Município é dado pelo RFALEI, que determina que são também controladas as entidades “de outra natureza”, objeto de verificação casuística e em função de circunstâncias concretas, com base em determinadas “condições de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou o regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão”. Foi adotado o **método de consolidação integral**, de acordo com a Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º474/2010, de 1 de julho), o qual estabelece este método para os casos em que “a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada”.

Organograma do Grupo Autárquico - 2018





3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1. Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre

3.1.1. Caraterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: S.M.A.T. - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da C.M. de Portalegre					
Missão: Assegurar a distribuição domiciliária de água, o serviço de transportes urbanos de passageiros, a gestão do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre e a responsabilidade da exploração dos transportes não regulares de responsabilidade municipal					
Data de Constituição: 01/01/1945					
Dados Anuais	2014	2015	2016	2017	2018
Património	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
Activo Líquido	4.453.766,17	4.279.601,51	4.370.990,11	5.895.822,06	5.964.990,34
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	3.454.607,64	3.206.482,68	3.162.723,49	3.969.238,14	3.673.107,37
Activo Circulante / Activo Corrente	999.158,53	1.073.118,83	1.208.266,62	1.926.583,92	2.291.882,97
Fundos Próprios	1.813.606,89	2.079.434,90	2.185.229,40	4.119.553,24	4.262.497,12
Resultados Líquidos	-91.635,46	174.192,55	105.794,50	738.338,48	142.943,88
Passivo Total	2.640.159,28	2.200.166,61	2.185.760,71	1.776.268,82	1.702.493,22
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Empréstimos MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	462.951,45	305.490,97	303.191,04	475.674,13	579.866,68
Total de Proveitos e Ganhos	4.991.786,70	5.173.882,46	5.233.296,63	5.782.146,93	5.812.558,40
Volume de Negócios	4.708.951,39	4.871.598,69	4.972.561,88	5.524.180,12	5.554.886,51
- Subsídios de Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Custos e Perdas	5.083.422,16	4.999.689,91	5.127.502,13	5.043.808,45	5.669.614,52
Gastos Exploração	5.078.551,99	4.999.408,03	5.111.827,62	5.043.420,42	5.668.675,54
Custos com Pessoal	1.326.167,42	1.256.708,24	1.340.132,12	1.103.819,89	1.111.247,91
Nº Empregados	72	62	59	61	57

3.1.2. Aspetos relevantes

De uma forma geral, no ano 2018, os Serviços Municipalizados tiveram um desempenho positivo, embora o resultado líquido tenha descido significativamente.

De assinalar que a municipalização do "saneamento", ocorrida em 2017, contrariamente ao que aconteceu nesse ano teve efeito negativo no resultado de 2018.

Estando em permanente evolução o estudo de novos modelos de gestão da Água, tanto a nível nacional como regional, com o objetivo de alcançar mais eficiência, a qual passa sempre pela criação estruturas de maior dimensão principalmente ao nível da exploração em baixa, os SMATP têm de estar preparados para responder a qualquer solicitação que lhe possa ser colocada nesta matéria, uma vez que, têm condições técnicas e logísticas para assumir um papel de relevo de âmbito distrital.



Independentemente de qualquer alteração que possa ocorrer ao nível da actividade actual dos SMATP, estes continuam a desenvolver e a preparar novas competências que lhe permitam no futuro e num quadro sem alterações do actual figurino, uma maior robustez e capacidade de intervenção.

Também os outros setores de atividade que os SMATP desenvolvem, têm vindo a sofrer, de uma forma progressiva, pequenos ajustes e reformulações, no sentido de melhorar o modelo de exploração, com mais inovação, mais modernidade e maior investimento, de modo a cumprir as missões que lhe são atribuídas, com vista a prestar um serviço com maior economia, eficiência e eficácia, reforçando a qualidade do trabalho desenvolvido pelos seus recursos humanos. De salientar a entrada em funcionamento de um novo “Sistema de Bilhética Integrado” e de um “Sistema de Informação em Tempo Real”, no Setor de Transportes Públicos de Passageiros.

O actual modelo de exploração deverá ter uma continuidade assente numa estrutura de desenvolvimento sustentada, que permita manter os níveis de serviço público actualmente existentes, promovendo medidas de compensação de custos pela prestação de serviços de interesse público, quando os mecanismos de mercado não suportem essas despesas.

Assim, de forma a promover o desenvolvimento da estratégia adotada, será necessário dar continuidade ao reforço das competências e do investimento em todas as áreas de atuação, como forma de garantir a sustentabilidade económica e financeira dos SMATP, bem como dos seus objetivos estratégicos, **respeitando sempre a definição do serviço público.**”

(Fonte: Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de 2018)



3.2 Fundação Robinson

3.2.1. Caracterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: Fundação Robinson					
Missão: Ações de ordem Cultural, Educativa, Social e da Ciência					
Data de Constituição: 12/08/2003					
Dados Anuais	2014	2015	2016	2017	2018
Fundos	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00
Activo Líquido	15.557.218,99	14.468.763,78	14.541.158,07	13.997.516,59	13.337.385,38
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	13.112.050,92	13.012.157,82	12.917.831,63	12.824.384,43	12.480.384,36
Activo Circulante / Activo Corrente	2.445.168,07	1.456.605,96	1.623.326,44	1.173.132,16	857.001,02
Fundos Patrimoniais	14.336.517,27	13.145.317,69	13.335.313,48	12.883.180,10	12.258.771,50
Resultados Líquidos	-50.985,06	98.275,32	-83.176,13	-337.604,18	-280.408,53
Passivo Total	1.220.701,72	1.323.446,09	1.205.844,59	1.114.336,49	1.078.613,88
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	93.775,90	93.775,90	42.592,48	33.750,99	24.564,59
- Empréstimos MLP	93.775,90	93.775,90	42.592,48	33.750,99	24.564,59
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	565.000,00	565.000,00	569.295,47	573.841,49	574.186,40
- Outras rubricas de Passivo de CP	556.999,58	660.444,53	589.196,68	506.744,01	347.192,28
Total de Rendimentos	355.704,30	465.913,12	192.789,38	269.333,93	469.129,56
Volume de Negócios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Subsídios de Exploração	251.053,44	366.902,16	94.555,69	173.056,43	124.406,49
Total de Gastos	406.689,36	367.637,80	275.965,51	606.938,11	523.986,14
Gastos Exploração	371.742,37	330.545,12	239.736,15	573.417,20	491.357,93
Custos com Pessoal	202.064,53	138.900,61	113.270,12	109.547,60	99.352,91
Nº Empregados	6	5	4	4	4

3.2.2. Aspetos relevantes

Criada em 2005 pela Câmara Municipal de Portalegre e pela Sociedade Corticeira Robinson Bros, SA, a Fundação Robinson tem por fim a preservação do espólio arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros, SA e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada, podendo prosseguir ações de ordem cultural, educativa, social e científica e ainda atuar nas áreas do desporto e da filantropia.

Durante o ano de 2018, e conforme definido nos seus Estatutos (alínea c) do n.º1 do art.º 9.º), a Fundação deu cumprimento ao Plano Anual de Atividades, seguindo as orientações pragmáticas prosseguidas em anos anteriores.

O ano 2018 caracterizou-se pela saída e tomada de posse dos novos órgãos sociais de vários elementos dos órgãos sociais, demonstrando a contínua instabilidade da organização, e Resolução da Assembleia da República n.º. 70/2018 que recomenda ao Governo medidas que permitam a perservação e valorização do património industrial da fábrica Robinson em *Portalegre*.

O Resultado Líquido do Exercício da Fundação continua a tendência negativa e regista em 2018 o valor negativo de 280.408,53 euros apesar de representar um decréscimo em relação ao ano anterior

(Fonte: Relatório de Gestão da Fundação Robinson de 2018)



4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado. Para efeitos de análise consideraram-se os anos de 2017 e 2018.

BALANÇO

BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	Valor	2018	Peso	Valor	2017	Peso
Activo Líquido						
Imobilizado	140 043 785,82		94,22%	144 965 065,19		93,38%
Circulante	7 349 250,93		4,94%	8 740 892,63		5,63%
Existências	388 679,33		0,26%	365 179,11		0,24%
Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo	2 402 419,93		1,62%	2 161 046,84		1,39%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2 809 593,36		1,89%	4 945 879,63		3,19%
Disponibilidades	1 748 558,31		1,18%	1 268 787,05		0,82%
Acréscimos e Diferimentos	1 248 488,03		0,84%	1 536 726,50		0,99%
Total Ativo Líquido	148 641 524,78			155 242 684,32		
Fundos Próprios						
Património	72 422 986,39		96,72%	72 290 064,60		101,97%
Diferenças de Consolidação	653 281,98		0,87%	845 716,36		1,19%
Reservas	13 789 936,27		18,42%	13 753 019,35		19,40%
Resultados Transitados	-12 971 815,73		-17,32%	-18 063 186,11		-25,48%
Resultado Líquido do Exercício	987 543,41		1,32%	2 066 937,27		2,92%
Total de Fundos Próprios	74 881 932,32			70 892 551,47		
Fundos Próprios atribuíveis a Interesses Minoritários	1 297 751,09		100,00%	1 457 826,76		100,00%
Total de Interesses Minoritários	1 297 751,09			1 457 826,76		
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	231 939,84		0,32%	277 539,16		0,33%
Dívidas a Terceiros	23 150 548,16		31,95%	26 872 718,77		32,42%
Médio e Longo Prazo	17 471 333,66		24,11%	20 626 201,77		24,88%
Curto Prazo	5 679 214,50		7,84%	6 246 517,00		7,54%
Acréscimos e Diferimentos	49 079 353,38		67,73%	55 742 048,17		67,25%
Total do Passivo	72 461 841,38			82 892 306,10		
Total dos Fundos Próprios e Passivo	148 641 524,78			155 242 684,32		

Un.: Euros



Assim a informação financeira consolidada reporta aos exercícios, estando aqui evidenciados apenas os valores líquidos à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2018, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

O balanço consolidado do grupo municipal de Portalegre evidencia um ativo líquido total de 148.641.524,78€, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 140.043.785,82€. Considerando o valor do ativo inscrito no balanço individual do Município de Portalegre, é notória a sua influência nesta rubrica enquanto entidade consolidante, cuja representatividade equivale a 94,22%.

Face ao ano de 2017, registou-se um decréscimo nos ativos líquidos no valor de (-6.460.159,54€) com principal incidência nos ativos imobilizados (-4.921.279,37€), nas dívidas de terceiros de curto prazo verificou-se um decréscimo no valor de (-2.135.286,27€) enquanto na rubrica, dívidas de terceiros de médio e longo prazo, verificou-se um aumento no valor de (-241.373,09€).

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 74.881.932,32€, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 23.150.548,16€, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante, comparativamente ao ano de 2017 existe uma redução no valor de 3.722.170,61€, salientando-se decréscimos quer na componente médio longo prazo quer na de curto prazo.

Os fundos próprios do Grupo Municipal ascendem a 72.290.064,60€, dos quais 72.422.986,39€ representam o valor do seu Património e o restante Reservas e Resultados Transitados e Líquidos. Os interesses minoritários são 1.297.751,09€.

Relativamente a 2017 registou-se um aumento nos fundos próprios no valor de 3.989.380,85€, enquanto, que nos interesses minoritários registou-se uma diminuição no valor de 160.075,67€, fruto dos resultados líquidos registados pelas várias entidades do perímetro de consolidação.



ATIVO

IMOBILIZADO

MAPA DO ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO

ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL				
Rubricas	2018	Peso no activo líquido	2017	Peso no activo líquido
Bens de Domínio Público	32.377.392	23,12%	35.717.714	24,64%
Imobilizações Incorporeas	3.025.150	2,16%	1.782.121	1,23%
Imobilizações Corporeas	102.864.968	73,45%	105.385.035	72,70%
Investimentos Financeiros	1.776.276	1,27%	2.080.195	1,43%
TOTAL	140.043.786	100%	144.965.065	100%

Un.: Euros

Conforme atrás descrito é maioritária a representatividade do imobilizado no total do ativo líquido do Grupo Municipal, sendo o imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público, as parcelas com maior expressão, ao representarem 73,45% e 23,12%, respetivamente, do valor do total do ativo líquido imobilizado.

Por último, os ativos incorpóreos preservam um insignificante peso percentual no ativo líquido, na ordem dos 2,16%.

CIRCULANTE

O ativo circulante do grupo municipal, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 5,03% do ativo líquido, Os maiores agregados são as Dívidas de Terceiros, as de curto prazo e as de médio e longo prazo.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes "Disponibilidades" e "Dívidas de Terceiros", estas últimas que se apresentam em termos brutos fruto da materialidade das respetivas provisões.

À data de 31 de Dezembro de 2018 o valor das Disponibilidades ascendeu a 1.748.558,31€, sendo 1.740.654,43€ constituídos por depósitos em Instituições de Crédito, 2.697,13€ por valores em caixa e 5.206,75€, de montante afeto ao FRM.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 1.748.558,31€ em resultado do balanceamento entre o total de



receita orçamental cobrada e total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no quadro que se segue.

MAPA FLUXO DE CAIXA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	
	31/dez/18
RECEBIMENTOS	
Saldo Inicial	1 268 787,06
Receitas Orçamentais	21 577 628,06
Correntes	19 770 199,66
Capital	1 805 729,20
Outras	1 699,20
Operações de Tesouraria	1 533 926,20
PAGAMENTOS	
Despesas Orçamentais	21 076 122,25
Correntes	16 845 405,22
Capital	4 230 717,03
Operações de Tesouraria	1 555 660,75
Saldo Final	1 748 558,32

MAPA DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2018	Peso %	2017	Peso %
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes / Contribuintes e Utentes c/c	396 844,16	6,71%	564 023,44	10,15%
Clientes / Contribuintes e Utentes - Cobrança Duvidosa	813 105,14	13,75%	684 004,18	12,31%
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00%		0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	140 281,00	2,37%	116 055,37	2,09%
Outros Devedores	4 562 527,99	77,16%	4 191 277,15	75,45%
TOTAL	5 912 758,29	100,00%	5 555 360,14	100,00%

Un.: Euros

Se em termos de ativo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a um valor total de 5.912.758.29€, já em termos líquidos, como se afere do balanço inicialmente apresentado, registou-se um valor de 5.212.013,29€, uma vez que sobre a rubrica de "Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa" que ascendia em 700.745,00€, foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas no POCAL. Na rubrica de outros devedores registam-se como valores mais significativos os provenientes de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se incluem os créditos contabilizados no âmbito de financiamentos originários da Administração Central e de Fundos Comunitários,



apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento e os valores de contratos de Venda de Habitações Resolúveis.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2018.

MAPA DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	1 248 488,03
Acréscimos de Proveitos	523 322,31
Custos Diferidos	725 165,72

O valor referente a acréscimos de proveitos corresponde aos impostos a que o município tem direito de receber mas cuja entrada do capital só se verificará no exercício seguinte.

Os Custos diferidos referem-se a valores constantes de contratos programa e prémios de seguro a pagar no exercício seguinte mas que foram reconhecidos já neste.

**PASSIVO****DÍVIDAS A TERCEIROS**

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2018	Peso %	2017	Peso %
Médio e Longo Prazo		75,47%		76,76%
Empréstimos de médio e longo prazo	13 966 029,69	79,94%	15 733 340,17	76,28%
Fornecedores c/c - mlp	1 988 759,85	11,38%	2 495 836,53	12,10%
Fornecedores de Imobilizado mlp	1 377 297,76	7,88%	1 607 351,21	7,79%
Contratos Programa - mlp	0,00	0,00%	250 000,00	1,21%
Fundo de Apoio Municipal mlp	30 391,75	0,17%	395 094,25	1,92%
Credores de Trf das Autarquias Locais - ML/P	108 854,61	0,62%	144 579,61	0,70%
Sub-Total	17 471 333,66		20 626 201,77	
Curto Prazo		24,53%		23,24%
Empréstimos de curto prazo	2 338 961,45	41,18%	2 398 515,58	38,40%
Fornecedores c/c	573 020,77	10,09%	686 884,60	11,00%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	594 836,85	10,47%	697 604,48	11,17%
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecedores de Imobilizado c/c	190 362,44	3,35%	208 519,43	3,34%
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	12 927,67	0,23%	16 962,07	0,27%
Administração Autárquica	261 389,11	4,60%	295 340,15	4,73%
Fornecedores de Imobilizado - Contratos de Leasing	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	80 389,94	1,42%	95 344,08	1,53%
Outros Credores	1 472 546,51	25,93%	1 685 657,63	26,99%
Clientes e Utentes c/ cauções	32 156,75	0,57%	46 805,69	0,75%
Fornecedores de Imobilizado - Factoring	122 623,01	2,16%	114 883,29	1,84%
Sub-Total	5 679 214,50		6 246 517,00	
Total	23 150 548,16	100,00%	26 872 718,77	100,00%

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta que o valor das dívidas a terceiros do grupo municipal totaliza 23.150.548,16€, constituído maioritariamente por dívida de natureza de médio e longo prazo que ascende 17.471.333,66€, face aos 5.679.214,50€ que emergem da dívida de curto prazo.

Considerando o valor da dívida de médio e longo prazo no balanço individual do Município é notória a sua influência nesta rubrica, encontrando-se bem espelhada a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal no quadro seguinte.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL							
ANO 2018							
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Outros Credores	Fundo de Apoio Municipal	TOTAL	
						Valor	Peso
Município de Portalegre	1 988 759,85	13 941 465,10	1 377 297,76	108 854,61	30 391,75	17 446 769,07	99,86%
SMAT						0,00	0,00%
Fundação Robinson		24 564,59				24 564,59	0,14%
TOTAL	1 988 759,85	13 966 029,69	1 377 297,76	108 854,61	30 391,75	17 471 333,66	100,00%

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo



Face aos valores apresentados conclui-se que cerca de 99,86% do endividamento de médio e longo prazo do grupo provém da Câmara Municipal e da Fundação Robinson, valores que respeitam a Empréstimos Obtidos.

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2018.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	49 079 353,38
Acréscimos de Custos	868 495,60
Proveitos Diferidos	48 210 857,78

Os acréscimos de custos são os valores correspondentes a remunerações a pagar em 2019 mas que dizem respeito a 2018, juros a liquidar, encargos e impostos.

Nos proveitos a sua expressividade dos Proveitos Diferidos, está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de participações oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos- Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados.

FUNDOS PRÓPRIOS

O Total dos Fundos Próprios do Grupo Municipal no final do exercício de 2018 ascende a 71.966.683,79€, dos quais 72.422.986,39€ referem-se a Património, 13.789.936,27€ a Reservas, -15.772.053,58€ a Resultados Transitados, e 856.409,67€ a Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2018.

Relativamente a Interesses minoritários verificou-se um valor de 1.321.128,02€.

**5. BALANÇO CONSOLIDADO****Balanço Consolidado**

Município de Portalegre

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Activo	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	99 400,00		99 400,00	99 400,00
452	Edifícios	23 464,40	2 672,57	20 791,83	20 949,04
453	Outras construções e infra-estruturas	79 062 367,47	47 487 475,28	31 574 892,19	34 881 014,50
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	540 349,13	62 094,56	478 254,57	486 016,39
459	Outros bens de domínio público	525 974,94	358 055,83	167 919,11	194 217,87
445	Imobilizações em curso	36 134,50		36 134,50	36 116,13
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		80 287 690,44	47 910 298,24	32 377 392,20	35 717 713,93
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	52 145,31	52 145,31		
433	Propriedade industrial e outros direitos	1 141 009,56	933 280,84	207 728,72	194 452,06
443	Imobilizações em curso	48 463,75		48 463,75	48 463,75
434	Outras Imobilizações Incorpóreas	1 432 127,13	8 474,13	1 423 653,00	1 423 653,00
435	Projectos	2 293 819,93	948 515,62	1 345 304,31	115 552,51
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		4 967 565,68	1 942 415,90	3 025 149,78	1 782 121,32
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	17 116 592,87		17 116 592,87	17 140 548,63
422	Edifícios e outras construções	120 088 115,90	36 881 211,23	83 206 904,67	78 443 503,09
423	Equipamento básico	8 031 712,46	7 001 610,18	1 030 102,28	988 410,92
424	Equipamento de transporte	1 046 493,33	942 660,57	103 832,76	125 185,41
425	Ferramentas e utensílios	290 175,33	268 724,93	21 450,40	18 608,65
426	Equipamento administrativo	590 550,58	572 653,86	17 896,72	9 708,01
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	3 669 698,84	3 268 081,37	401 617,47	360 703,84
442	Imobilizações em curso	842 555,08		842 555,08	8 232 080,51
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	124 015,51		124 015,51	66 285,80
		151 799 909,90	48 934 942,14	102 864 967,76	105 385 034,86
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1 218 325,98	5 000,00	1 213 325,98	1 213 325,98
412	Obrigações e títulos de participação	547 051,50		547 051,50	850 970,50
414	Investimentos em imóveis	15 898,60		15 898,60	15 898,60
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1 781 276,08	5 000,00	1 776 276,08	2 080 195,08
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	421 115,67	135 801,68	285 313,99	247 078,63
35	Produtos e trabalhos em curso	23 289,60		23 289,60	23 289,60
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios	80 075,74		80 075,74	94 810,88
37	Adiantamentos por conta de compras				
		524 481,01	135 801,68	388 679,33	365 179,11
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	Outros Devedores	2 402 419,93		2 402 419,93	2 161 046,84
		2 402 419,93	0,00	2 402 419,93	2 161 046,84
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes, c/c	396 418,42		396 418,42	563 688,44
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
214	Devedores de OT	425,74		425,74	335,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	813 105,14	700 745,00	112 360,14	74 523,67
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	140 281,00		140 281,00	116 055,37
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	2 160 108,06		2 160 108,06	4 191 277,15
		3 510 338,36	700 745,00	2 809 593,36	4 945 879,63
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	DGAL/Montantes Afetos ao FRM	5 206,75		5 206,75	
12	Depósitos em instituições financeiras	1 740 654,43		1 740 654,43	1 265 776,91
11	Caixa	2 697,13		2 697,13	3 010,14
		1 748 558,31	0,00	1 748 558,31	1 268 787,05
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	523 322,31		523 322,31	556 549,99
272	Custos diferidos	725 165,72		725 165,72	980 176,51
		1 248 488,03	0,00	1 248 488,03	1 536 726,50
	Total de amortizações		98 787 656,28		
	Total de provisões		841 546,68		
	TOTAL DO ACTIVO	248 270 727,74	99 629 202,96	148 641 524,78	155 242 684,32



Município de Portalegre

Balço Consolidado

Município de Portalegre

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2018	2017
	Fundos próprios		
51	Património	72 422 986,39	72 290 064,60
	Diferenças de Consolidação	653 281,98	845 716,36
56	Reservas de reavaliação		0,00
	Reservas		0,00
571	Reservas legais	2 778 263,31	2 741 346,39
572	Reservas estatutárias		0,00
573	Reservas contratuais		0,00
574	Reservas livres	427 700,81	427 700,81
575	Subsídios		0,00
576	Doações	123 133,50	123 133,50
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	9 890 720,58	9 890 720,58
578	Ajustamentos decorrentes de Variações Patrimoniais	570 118,07	570 118,07
59	Resultado transitados	-12 971 815,73	-18 063 186,11
88	Resultado líquido do exercício	987 543,41	2 066 937,27
		74 881 932,32	70 892 551,47
	Interesses Minoritários	1 297 751,09	1 457 826,76
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	231 939,84	277 539,16
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2214	Fornecedores , C/c	1 988 759,85	2 495 836,53
2312	Dívidas a instituições de crédito	13 966 029,69	15 733 340,17
2611	Fornecedores de Imobilizado , C/c		
2616	Fornecedores de Imobilizado , C/c	1 377 297,76	1 607 351,21
2615	Fornecedores de Imobilizado , Leasing		
26472+26482	Contratos Programa ML/P		250 000,00
26812601	Fundo de Apoio Municipal - ML Prazo	30 391,75	395 094,25
2684	Credores de Trf das Autarquias Locais - ML/P	108 854,61	144 579,61
		17 471 333,66	20 626 201,77
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	2 338 961,45	2 398 515,58
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	573 020,77	686 884,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	594 836,85	697 604,48
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Cientes e utentes c/ cauções	32 156,75	46 805,69
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	190 362,44	208 519,43
24	Estado e outros entes públicos	80 389,94	95 344,08
264	Administração autárquica	261 389,11	295 340,15
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1 472 546,51	1 685 657,63
223	Fornecedores Vendas a Dinheiro		
2613	Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing		
2618	Fornec. Imob.-Facturas em recepção e conferência	12 927,67	16 962,07
2614	Fornecedores de Imobilizado - Factoring	122 623,01	114 883,29
		5 679 214,50	6 246 517,00
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	868 495,60	1 319 394,36
274	Proveitos diferidos	48 210 857,78	54 422 653,81
		49 079 353,38	55 742 048,17
	Total do Passivo	72 461 841,38	82 892 306,10
	Total dos Fundos Próprios + Passivo	148 641 524,78	155 242 684,32

**6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA****Câmara Municipal de Portalegre
Demonstração de Resultados Consolidada**

Ano: 2018

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Custos e Perdas	Exercício		Exercício	
		2018		2017	
61	Custo das Mercadorias Vendidas	1 343 600,12		1 268 565,18	
	Mercadorias			522 415,90	1 790 981,08
	Materiais	689 867,75	2 033 467,87		
62	Fornecimentos e Serviços Externos	5 699 278,28		4 331 387,04	
64	Custos com Pessoal				
641 + 642	Remunerações de pessoal	5 711 744,34		5 499 003,53	
643 a 648	Encargos Sociais	1 381 765,49	12 792 788,11	1 531 842,28	11 362 232,85
66	Amortizações do Exercício	5 626 966,28		5 450 928,05	
67	Provisões do Exercício	150 446,12	5 777 412,40	98 503,60	5 549 431,65
63	Transferências e subsídios corr. concedidos e prest. sociais	756 531,06	756 531,06	465 437,79	465 437,79
65	Outros Custos Operacionais	163 746,53	163 746,53	169 178,78	169 178,78
	(A).....		21 523 945,97		19 337 262,15
681	Juros Suportados	192 547,62		221 665,55	
682	Perdas em Entidades Participadas				
683 a 684	Amortizações e Provisões				
685 a 688	Outros Custos e Perdas Financeiras	5 259,19	197 806,81	81 561,44	303 226,99
	(C).....		21 721 752,78		19 640 489,14
69	Custos e Perdas Extraordinárias	736 162,38	736 162,38	1 583 814,31	1 583 814,31
	(E).....		22 457 915,16		21 224 303,45
88	Resultado Líquido do Exercício		866 967,74		1 406 950,83
			23 324 882,90		22 631 254,28

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Exercício		Exercício	
		2018		2017	
71	Vendas e prestação de serviços				
711	Vendas de mercadorias e produtos	1 672 153,78		1 683 879,60	
712	Prestações de serviços	3 335 002,36	5 007 156,14	3 155 692,18	4 839 571,78
72	Impostos e taxas	4 919 715,05		4 747 342,23	
(a)	Variação da Produção	-14 735,14			
75	Trabalhos para a própria Empresa	45 549,07		53 340,43	
73	Proveitos Suplementares	3 817,10		3 277,42	
74	Transferências e subsídios obtidos	8 445 449,77		8 165 858,79	
76	Outros Proveitos Suplementares	48 350,46	13 448 146,31	33 546,30	13 003 365,17
	(B).....		18 455 302,45		17 842 936,95
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1 552 440,29	1 552 440,29	1 479 783,91	1 479 783,91
	(D).....		20 007 742,74		19 322 720,86
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3 317 140,16	3 317 140,16	3 308 533,42	3 308 533,42
	(F).....		23 324 882,90		22 631 254,28

Resultados Operacionais (B) - (A)		-3 068 643,52		-1 494 325,20
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		1 354 633,48		1 176 556,92
Resultados Correntes (D) - (C)		-1 714 010,04		-317 768,28
Resultado Líquido do Exercício (F) - (E)		866 967,74		1 406 950,83
Atribuível a:				
- Grupo Municipal		987 543,41		1 442 715,67
- Interesses Minoritários		-120 575,67		-35 765,74



7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Estabelece a Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente o n.º 1 do seu artigo 75º, que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”. Para cumprimento da mesma, segundo o n.º 7 do mesmo artigo, as “prestações de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: Balanço consolidado; Demonstração consolidada dos resultados por natureza; Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Estabelecem o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação de contas, adaptada à numeração definida na sugestão de um modelo de estrutura do anexo às demonstrações financeiras consolidadas definido pelas instruções do SATAPOCAL, publicitadas pela DGAL em 28 de Abril de 2011, para a consolidação de contas e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade do grupo municipal, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.



7.1. Caracterização da entidade-mãe

7.1.1. Identificação

Município de Portalegre

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 28

7300-186 Portalegre

Número de identificação fiscal: 501.143.718

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Portalegre é constituído por 7 freguesias, 1 urbana (União das Freguesias de Sé e S. Lourenço) e 6 rurais (Alagoa, Alegrete, União das Freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa, Fortios, União das Freguesias de Reguengo e S. Julião e Urra). Tem uma superfície de 446,2 Km² e, de acordo com os Censos de 2011, 25.980 habitantes, e um n.º de eleitores de 21.946, conforme informação da DGAI – Direção Geral Administração Interna - Administração Eleitor, obtida à data de 31 de Dezembro de 2011, para a Base de Dados do Recenseamento Eleitoral BDRE.

7.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos aplicados pela entidade mãe, nomeadamente os preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro – e no RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, publicado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro -, aos quais acrescem os princípios estabelecidos na Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, designadamente nos pontos 2 a 2.6:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Representação fidedigna (da informação nelas contida).
- Comparabilidade

7.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

A atual “Orgânica dos Serviços Municipais” viu a sua aprovação a 09 Janeiro de 2013, através da publicação em DRE – Diário da República, nos termos e para os efeitos do



previsto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e o n.º 6 do artigo 10.º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, aprovou, a proposta da Câmara Municipal, de 10 de dezembro de 2012, o modelo de estrutura hierarquizada e determinou a criação no máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis e 42 subunidades orgânicas.

Nos termos do artigo 7.º Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal de Portalegre, reunida em reunião ordinária de 26 de dezembro de 2012, aprovou sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta da Presidente da Câmara Municipal e deliberou a criação de 4 unidades orgânicas flexíveis: Divisão de Administração Geral e Finanças, Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo, Divisão de Obras e Ambiente e a Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, definindo as respetivas atribuições e competências.

O organograma da orgânica dos serviços municipais foi publicado em DRE a 13 de março de 2013 (anexo1).

7.1.4. Descrição Sumária das Atividades

A missão da Câmara e entidades do perímetro de consolidação é servir as pessoas melhorando a sua qualidade de vida, mobilizando e gerindo de forma eficiente e eficaz os recursos humanos e financeiros indispensáveis para garantir a prestação de um serviço público de excelência, apoiada no rigor e no cumprimento das normas e leis em vigor, sendo as suas atividades direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

7.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal, em 31 de dezembro de 2018, é composto pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Maria Adelaide Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, e por seis Vereadores, nomeadamente:

Em regime de permanência:

- João Nuno Cativo Cardoso
- Nuno Gonçalo Franco Lação
- Armando Jorge Mendonça Varela
- Luís Manuel Madeira Pargana (até dia 28 de Setembro)

Em regime de não permanência:

- Luís Manuel Madeira Pargana (a partir de dia 28 de Setembro)
- José Correia da Luz
- Artur Jorge Coelho Correia



7.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos da entidade mãe são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos, estando esta última, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade da entidade mãe são únicos e organizados de forma centralizada, na Divisão de Administração Geral e Finanças.

O sistema informático que a autarquia utiliza, é desenvolvido pela Software House designado por AIRC – Associação Informática da Região Centro, e é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído várias aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Refira-se que o Município de Portalegre tem preparado relatórios e demonstrações financeiras semestrais com vista à análise económico-financeira e orçamental prevista na Lei das Finanças Locais.

No que respeita às Entidades que integram o Grupo Municipal, para além da empresa-mãe, são adotados procedimentos contabilísticos próprios definidos em normativo interno específico para efeitos de consolidação e que integram:

- i. Definição harmonizada para as políticas contabilísticas de forma a permitir a homogeneização e comparabilidade da informação;
- ii. Conciliação de todos os fluxos transacionais e saldos entre as entidades que integram o perímetro Municipal numa periodicidade definida;
- iii. Reporte periódico de informação prestada pelas entidades participadas ao Município.

Todas as entidades que integram o perímetro de consolidação adotam as políticas contabilísticas e de relato financeiro como referencial contabilístico das suas contas individuais, com a exceção do SMAT e do Município que adotam o POCAL.

Em sede de consolidação, a empresa mãe tem procedimentos definidos que garantem a transposição dos diferentes acontecimentos/eventos e transações nas diferentes entidades para o referencial Contabilístico POCAL.



7.1.7. Outras informações relevantes

Foram levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF, IGAT e Tribunal de Contas), com incidência na gerência e nos 9 anos anteriores:

Data da Acção: Ano 2008 - Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade IGF – Nº do processo 1707 – Controlo do Endividamento Municipal

Data da Acção: Ano 2008 - IGAL – Nº do processo 121400, Inspeção Ordinária – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município;

Data da Acção: Ano 2009 – Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade Tribunal de Contas - Auditoria Horizontal – Transferências e apoios financeiros concedidos pelos Municípios;

Data da Acção: Ano 2012 – Período Abrangido 01/01/2010 a 31/12/2012, Entidade IGF – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município.

Data da Acção: Ano 2017 – Período Abrangido 01/01/2013 a 31/12/2015, Entidade IGF – Área Financeira (dívida 2013/2015)

7.2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

7.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO						
Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores
				Detenção da Totalidade do Capital	N.º	
				Directa	Indirecta	N.º
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	680031065	Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28 - Portalegre	Distribuição de água; Transporte urbano e interurbano de passageiros; Exploração de parques de estacionamento subterrâneos	100%		61
Fundação Robinson	505984717	Largo do Jardim do Operário, n.º 5 - Portalegre	Preservação de espólios do arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros, S.A.; e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada.	57%		4



b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	Apartado 48 - Alter do Chão	Recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos nos 25 municípios da sua área de influência	4,82%	Não existência de controlo ou presunção de controlo sobre a entidade.
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	Dr. Francisco Pissarra de Matos, N.º 21 r/ch 6300-906 Guarda	Captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento, rejeição de efluentes, tendo a gestão do sistema sido delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, nos termos previstos no Decreto-lei de constituição da sociedade	0,87%	Não existência de controlo ou presunção de controlo sobre a entidade.
Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet.	0,15%	Não existência de controlo ou presunção de controlo sobre a entidade.

7.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas doem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

Não aplicável.

c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.



7.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

As participações financeiras nas contas do Município das entidades que constam no perímetro de consolidação foram ajustadas, sendo utilizado o Método de equivalência Patrimonial.

b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

O valor registado na rubrica de diferenças de consolidação de 653.281,98 euros, refere-se ao ajustamento efetuado no processo de consolidação entre o Município e a Fundação Robinson, representando o valor correspondente à aplicação do método de equivalência patrimonial sobre a valorização da participação de 57% do Município na referida entidade.

c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Situações em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretaram custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;

Não aplicável.

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações



financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída do perímetro de consolidação, que tem participação de outras entidades é a Fundação Robinson, uma vez que na sua estrutura patrimonial o Município apenas detém 57% dos Fundos, assim foi utilizado o método de equivalência patrimonial, tendo sido registado o valor de fundos e Resultados do exercício no que respeita a essa percentagem.

7.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS				Ano 2018	
	Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	Fundação Robinson	TOTAL	Eliminação de créditos s/ dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
Empréstimos Obtidos	13 941 465,10		24 564,59	13 966 029,69		13 966 029,69
Total	13 941 465,10	0,00	24 564,59	13 966 029,69	0,00	13 966 029,69

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

**7.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros****Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público**Ano: **2018**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - S.M.A.T. a)										
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências											
Subsídios	0,00			0,00	0,00						
Empréstimos											
Relações comerciais	84 391,58	849 065,04	126,49	868 299,93	65 030,20	0,00	187 503,39		187 503,39	0,00	
Participação do capital em numerário											
Participação do capital em espécie											
Outros						0,00	645 422,46	0,00	645 422,46	0,00	
TOTAL	84 391,58	849 065,04	126,49	868 299,93	65 030,20	0,00	832 925,85	0,00	832 925,85	0,00	

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo municípios/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice-versa. Neste quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo públicoAno: **2018**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - FUNDAÇÃO ROBINSON a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	438 016,46	120 000,00	0,00	120 000,00	438 016,46					
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	438 016,46	120 000,00	0,00	120 000,00	438 016,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo municípios/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice-versa. Neste quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.



7.2.6. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

• Imobilizado:

- Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo Aquisição. Os ativos são depreciados pelo modelo porque se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

- Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações em entidades do sector empresarial local detidas numa percentagem inferior a 100%, bem como participações noutras entidades, independentemente do valor da participação, encontram-se registados ao custo, foram constituídas provisões relativamente ao ICTVR, pelo Município e pela Fundação Robinson pelo valor da joia paga por cada entidade.

Foram ainda ajustadas as participações financeiras utilizando o Método de Equivalência Patrimonial.

• Locações:

- Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

• Existências:

- As existências encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas é adotado o custo médio ponderado.



• **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

- A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.

- As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

• **Empréstimos:**

- Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

• **Vendas e Prestações de Serviços:**

- O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

• **Subsídios do Governo:**

- O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento.

• **Provisões:**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

**7.2.7. Informações relativas a determinadas rubricas:****a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;**

O valor apresentado na rubrica de Despesas de Investigação e Desenvolvimento refere-se a registos contabilísticos do Município decorrentes da partilha da empresa Portalegre POLIS. As rubricas em causa estão totalmente amortizadas.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;*Activo Bruto Consolidado*

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Bens de Domínio Público :						
451 Terrenos e recursos Naturais.....	99 400,00					99 400,00
452 Edifícios.....	23 464,40					23 464,40
453 Outras Construções e Infra-estruturas.....	78 981 961,25		80 406,22			79 062 367,47
455 Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	540 349,13					540 349,13
459 Outros bens de Domínio Público	525 974,94					525 974,94
445 Imobilizações em curso	36 116,13		65 573,99		65 555,62	36 134,50
446 Adiantamentos por conta bens de Dom Público.....						
	80 207 265,85	0,00	145 980,21	0,00	65 555,62	80 287 690,44
Imobilizações incorpóreas :						
431 Despesas de instalação						
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	52 145,31					52 145,31
433 Propriedade industrial e outros direitos	1 121 095,56		19 914,00			1 141 009,56
434 Outras Imobilizações Incorpóreas.....	1 432 127,13					1 432 127,13
435 Projectos.....	882 795,89					882 795,89
443 Imobilizações em curso	48 463,75					48 463,75
449 Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas .						
	3 536 627,64	0,00	19 914,00	0,00	0,00	3 556 541,64
Imobilizações corpóreas :						
421 Terrenos e recursos naturais	17 140 548,63		47 232,08		71 187,84	17 116 592,87
422 Edifícios e outras construções	114 311 617,97		112 117,10		519 756,02	113 903 979,05
423 Equipamento básico	8 088 400,99		307 504,54		214 349,61	8 181 555,92
424 Equipamento de transporte	1 036 738,04		9 755,29			1 046 493,33
425 Ferramentas e utensílios	280 896,54		9 278,79			290 175,33
426 Equipamento administrativo	578 972,78		12 871,12		1 293,32	590 550,58
427 Taras e vasilhames						
429 Outras imobilizações corpóreas	3 603 031,08		55 350,24			3 658 381,32
442 Imobilizações em curso	8 232 080,51		844 064,32			9 076 144,83
448 Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	66 285,80	-152 999,35	210 729,06			124 015,51
	153 338 572,34	-152 999,35	1 608 902,54	0,00	806 586,79	153 987 888,74
Investimentos financeiros :						
411 Partes de capital	1 223 325,98					1 223 325,98
412 Obrigações e títulos de participação	850 970,50	-303 919,00				547 051,50
414 Investimentos em imóveis	15 898,60					15 898,60
415 Outras aplicações financeiras						
441 Imobilizações em curso						
447 Adiantamentos por conta de invest. Financeiros						
	2 090 195,08	-303 919,00	0,00	0,00	0,00	1 786 276,08



Município de Portalegre

Amortizações e Provisões 2018 Consolidado

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio				
Edifícios.....	2 515,36	157,21		2 672,57
Outras Const. e Infra-Estrut.....	44 100 946,75	3 386 528,53		47 487 475,28
Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	54 332,74	7 761,82		62 094,56
Outros bens do Domínio Público	331 757,07	26 298,76		358 055,83
	44 489 551,92	3 420 746,32	0,00	47 910 298,24
Imobilizações incorpóreas :				
Despesas de Instalação.....				
Despesas de Investigação e Desenvolvimento...	52 145,31			52 145,31
Propriedade Industrial e Outros Direitos	926 643,50	6 637,34		933 280,84
Outras Imobilizações Incorpóreas	8 474,13			8 474,13
Outros Projetos.....	767 243,38			767 243,38
	1 754 506,32	6 637,34	0,00	1 761 143,66
Imobilizações corpóreas :				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios	31 432 424,56	1 266 616,75	263 448,78	32 435 592,53
Outras Construções	4 435 690,42	320 758,89		4 756 449,31
Equipamento Básico	7 099 989,97	249 099,43	206 810,69	7 142 278,71
Equipamento de Transporte	911 552,63	31 107,94		942 660,57
Ferramentas e Utensílios	262 287,89	6 437,04		268 724,93
Equipamento Administrativo	569 264,77	4 682,41	1 293,32	572 653,86
Outras Imobilizações Corpóreas	3 242 327,24	25 754,13		3 268 081,37
	47 953 537,48	1 904 456,59	471 552,79	49 386 441,28
Investimentos Financeiros:				
Partes de Capital	5 000,00			5 000,00
	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00
Totais	94 202 595,72	5 331 840,25	471 552,79	99 062 883,18

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável.



f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços;

CODIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Município de Portalegre	SMAT	F. Robinson	Eliminações	Consolidado
71	Vendas e Prestações de Serviços					
711	Vendas de Mercadorias e Prod.	281 072,82	1 936 548,87	0,00	480 849,61	1 736 772,08
712	Prestações de Serviços	911 528,60	3 573 397,22	0,00	1 149 923,46	3 335 002,36



k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos no desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

REMUNERAÇÕES ATRIBUIDAS AOS MEMBROS EXECUTIVOS, FISCALIZAÇÃO E ORGÃOS DELIBERATIVOS			
Designação dos Membros	Funções	Natureza de Remuneração Atribuída	Val. Bruto Atrib. de Jan. a Dezem. 2018
Município			
Orgão Executivo			
Maria Adelaide Franco Lebreiro Aguiar Marques Teixeira	Presidente	Remuneração Base	57 799,54 €
Nuno Gonçalo Franco Lacão	Vereador	Remuneração Base	43 417,76 €
João Nuno Cativo Cardoso	Vereador	Remuneração Base	43 417,76 €
Luis Manuel Madeira Pargana	Vereador	Remuneração Base	31 618,97 €
Armando Jorge Mendonça Varela	Vereador	Remuneração Base	43 417,76 €
Artur Jorge Coelho Correia	Vereador	Senhas de Presença	2 403,80 €
José Correia da Luz	Vereador	Senhas de Presença	2 934,60 €
Ana Sofia Miguéns	Vereadora em substituição	Senhas de Presença	137,36 €
Nelson Leitão Castro	Vereador em substituição	Senhas de Presença	206,04 €
Fundação Robinson			
Conselho de Administração			
José Manuel Borges Henriques Faria Paixão	Presidente		0,00 €
José Casa Nova Tavares Travassos	Vogal		0,00 €
Armando Jorge Mendonça Varela	Vogal		0,00 €

l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

**n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;**

Não aplicável.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Custos e Perdas Financeiras	Exercícios	
	2018	2017
681 - Juros Suportados.....	192 547,62	130 545,47
682 - Perdas em Empresas do Grupo Associadas.....		
683 - Amortizações de Investimentos em Imóveis.....		
684 - Provisões para Aplicações Financeiras		
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis.....		
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria....		
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras.....	5 259,19	6 230,51
Total	197 806,81	136 775,98
Resultados Financeiros.....	1 354 633,48	1 385 983,15
Total	1 552 440,29	1 522 759,13
Proveitos e Ganhos Financeiros	Exercícios	
	2018	2017
781 - Juros Obtidos.....		
782 - Ganhos em Entidades Participadas.....		
783 - Rendimentos de Imóveis.....	1 536 900,29	1 522 215,18
784 - Rendimentos de Participação de Capital.....	15 540,00	543,95
785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis.....		
786 - Descontos Pronto Pagamento Obtidos.....		
787 - Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria...		
788 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros.....		

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Custos e Perdas Extraordinárias	Exercícios	
	2018	2017
691 - Transferências de capital concedidas.....	291 117,24	491 500,00
692 - Dívidas incobráveis.....		257 345,07
693 - Perdas em existências.....	10 200,76	8 648,71
694 - Perdas em imobilizações.....	594 349,12	494 505,91
695 - Multas e penalidades.....	367,50	60,00
696 - Aumentos de amortizações e provisões.....		0,00
697 - Correções relativas a exercícios anteriores.....	1 398,08	692,87
698 - Outros custos e perdas extraordinários.	98 729,68	99 791,93
Total	996 162,38	1 352 544,49
Resultados	2 385 225,74	1 719 341,87



Extraordinários.....		
Total	3 381 388,12	3 071 886,36
Proveitos e Ganhos Extraordinários	Exercícios	
	2018	2017
791 - Restituição de impostos.....		
792 - Recuperação de dívidas.....		
793 - Ganhos em existências.....	7 264,55	1 054,78
794 - Ganhos em imobilizações.....	586 878,47	334 272,22
795 - Benefícios de penalidades contratuais.....	56 390,02	163 037,45
796 - Redução de amortizações e provisões.....	98 608,06	163 171,60
797 - Correções relativas a exercícios anteriores.....	1 334,39	5 019,73
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	2 630 912,63	2 405 330,58

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291 - Cobrança Duvidosa.....	609.480,51	91.264,49		700.745,00
292 - Para Riscos e Encargos..	277.539,16		45.599,32	231.939,84
396 - Existências - Mat. primas sub. E cons.	129.628,79	6.172,89		135.801,68
491 - Partes de Capital.....	10.000,00		5.000,00	5.000,00
Total	1.026.648,46	97.437,38	50.599,32	1.073.486,52

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

7.2.8. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.



b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE PORTALEGRE

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE**, referentes ao exercício findo em 31/12/2018.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.
3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE** referente ao exercício findo em 31/12/2018, e depois de tidas tendo em conta a Reserva incluída na Certificação de Contas Consolidada, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 25 de agosto de 2021

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Luís Guerra Marques-ROC nº 620





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2018 (que evidencia um total de 148.641.525 euros e um total de fundos próprios de 74.881.932 euros, incluindo um resultado líquido de 987.543 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE** em 31/12/2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com Reserva

1. A Certificação Legal de Contas da participada Fundação Robinson, emitida a 18 de abril de 2019, expressa uma incerteza material relativa ao princípio da continuidade. Não nos foi possível identificar, se existem, os efeitos desta incerteza nas demonstrações financeiras do Grupo.

No resto, a nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 25 de agosto de 2021

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Luís Guerra Marques - ROC nº 620

